

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 42 Fls. 538
PRESIDENTE DA C. P. L.

Concorrência Pública nº 001/2019.

Recorrente: NOVIDADE TV LTDA

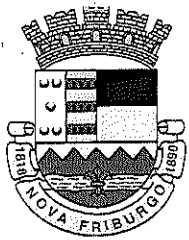
DECISÃO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa NOVIDADE TV LTDA, em face da r. decisão prolatada pela Comissão Permanente de Licitação, na fase de habilitação do certame licitatório Concorrência Pública nº 001/2019, cujo objeto versa sobre **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRODUTORA E VEICULADORA DE PROGRAMAS AUDIOVISUAIS, QUE PROMOVA A CAPTAÇÃO AUDIOVISUAL, PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO TELEVISIVA DOS PROGRAMAS DA "TV CAMARA", DIVULGADORES DAS SESSÕES E DOS TRABALHOS REALIZADOS PELO PODER LEGISLATIVO DE NOVA FRIBURGO/RJ,"**.

Em sua irresignação, a recorrente alega que as empresas MAV MASTER e GAC não preencheram as exigências (serão analisadas individualmente abaixo) previstas no edital para suas respectivas habilitações, de forma que devem ser alijadas do certame.

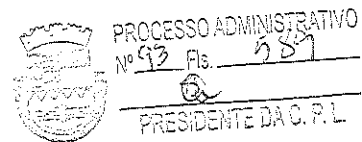
Foram apresentadas contrarrazões ao recurso pelas licitantes MAV MASTER e GAC nos autos.

A CPL, de posse da documentação, manteve sua decisão, fundamentando/justificando por meio de documento acostado aos autos.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



É o breve relato, passo a decidir:

Inicialmente, cabe frisar que o edital, após análise do Eg. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, recebeu chancela para seu prosseguimento.

O recurso em voga foi apresentado tempestivamente, preenchendo os requisitos formais, de forma que merece ser conhecido.

No mérito, apesar de todo alegado, o mesmo não merece prosperar.

Dos questionamentos acerca da empresa licitante GAC:

Quanto ao fato das Declarações exigidas nas alíneas “h”, “i” e “j” do item “V.01.01, do edital em referência, de fácil percepção que isso não passa de mero erro material.

Veja, o teor das declarações apresentadas para cumprir o exigido no edital **é exatamente aquilo que deve ser firmado para fins de habilitação**. Entretanto, a empresa, em visível erro material, ao invés de fazer contar “Concorrência Pública”, acabou lançando “Tomada de Preços”, nada mais do que isso.

A empresa GAC não deixou de declarar aquilo que o edital exige, apenas cometendo mero erro material ao lançar a modalidade do certame. Portanto, tal documento é absolutamente válido.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 92 Fls. 290
PRESIDENTE DA C. P. L.

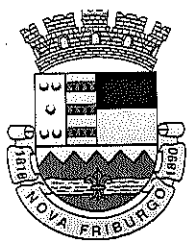
E tal erro, como bem detalhado pela CPL, se deu pelo fato do certame ter se iniciado na modalidade “Tomada de Preços”, e depois, por orientação do Eg. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, ter sido transformado/alterado para modalidade “Concorrência Pública”.

Repita-se, os termos que são necessários declarar, foram declarados pela concorrente GAC. O que se observa é que, um erro material, até mesmo justificado pela alteração exigida no meio do processo pelo TCE/RJ, a fez lançar a modalidade inicial.

Ora, não é crível alijar um licitante da disputa por apresentar declaração contendo mero erro material, em violação ao princípio da competitividade.

○ **Eg. Tribunal de Contas da União**, já consolidou seu entendimento:

1.7.1. dar ciência ao Município de Itaetê/BA que, **em razão da jurisprudência consolidada do TCU** (Acórdãos 1.791/2006 e 1.734/2009-Plenário, entre outros), **configura formalismo excessivo a desclassificação de empresa participante de certame licitatório em decorrência de mero erro material no preenchimento de anexo, desde que seja possível aferir a informação prestada, sem prejudicar o andamento da sessão, situação ocorrida no julgamento das propostas das empresas na Tomada de Preços 009/2016. 032.051/2016-6 - ACÓRDÃO Nº 342/2017**



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



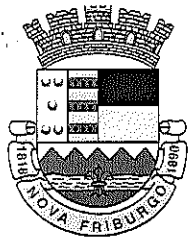
PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 93 Fls. 591
PRESIDENTE DA C.M.L.

O Eg. Superior Tribunal de Justiça, ao analisar caso similar, já fixou precedente no sentido de que nos julgamentos dos certames licitatórios, não pode a CPL agir com rigor excessivo, afastando a competitividade, por mero erro material:

“ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. DESCLASSIFICAÇÃO DE CONCORRENTE POR NÃO TER O SEU DIRIGENTE POSTO SUA ASSINATURA NO ESPAÇO DESTINADO A TANTO, MAS EM OUTRO, SEM PREJUÍZO DA PROPOSTA. LEGALIDADE. – A desclassificação de licitante, unicamente pela aposição de assinatura em local diverso do determinado no edital licitatório, caracteriza-se como excesso de rigor formal, viabilizando a concessão do mandamus. – A desclassificação do impetrante, por aposição de assinatura em local diverso do determinado na norma editalícia levaria a um prejuízo do caráter competitivo do certame. – Concessão do mandado de segurança. MS 5866 / DF MANDADO DE SEGURANÇA 1998/0048732-8

Na mesma esteira, vários são os ensinamentos:

2. Nas lições de José dos Santos Carvalho Filho, o “princípio do formalismo procedimental” passa a noção de que as regras procedimentais adotadas para a licitação devem seguir parâmetros estabelecidos na lei, não sendo lícito aos administradores subvertê-los a seu juízo[2]. 3. Todavia, é preciso atentar para que, no cumprimento desse princípio, não se



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 92 Fls. 592
PRESIDENTE DA C.M.L.

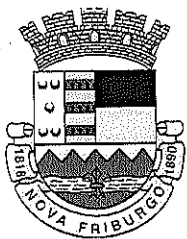
peque pelo “formalismo”, consistente no apego exacerbado à forma e à formalidade, a implicar à absoluta frustração da finalidade precípua do certame, que é a de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. 4. Não são raros os casos em que, por um julgamento objetivo, porém, com apego literal ao texto da lei ou do ato convocatório, se excluem licitantes ou se descartam propostas que, potencialmente, representariam o melhor contrato para a Administração.”

<https://jus.com.br/artigos/22134/o-principio-do-procedimento-formal-e-o-formalismo>

No que tange o questão envolvendo o termo de vistoria técnica, vale ressaltar que a empresa GAC apresentou tal documento às fls. 438, não havendo, desta forma, motivo para declarar sua inabilitação. Cabe destacar, que o edital exige do licitante que firme declaração de que vistoriou o local de execução do contrato, disponibilizando modelo para tanto. Mas isso não significa que o participante não possa fazer sua apresentação com outra redação, porém com o mesmo conteúdo material do que se exige.

Destaca-se que este tipo de formalismo exacerbado é algo que deve ser afastado dos certames licitatórios, em prol de maior competitividade.

O Eg. Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento do MS 5418, sob a relatoria do Ministro Demócrito Reinaldo, fixou que “***O FORMALISMO NO PROCEDIMENTO LICITATORIO NÃO SIGNIFICA QUE SE POSSA DESCLASSIFICAR PROPOSTAS EIVADAS DE SIMPLES OMISSÕES OU DEFEITOS IRRELEVANTES.***”



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 13 - Pis. 593
PRESIDENTE DA C. P. L.

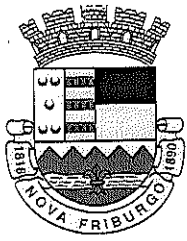
A lição do mestre Marçal Justen Filho, também é cristalina, ao afirmar que: *“A matéria tem sido objeto de contínua manifestação do Poder Judiciário, que reiteradamente reconhece que os vícios irrelevantes devem ser desconsiderados e que mesmo vícios inquestionáveis podem ser superados quando não produzirem lesão a valores prestigiados pelo direito.”*¹

Assim, o simples fato de constar na declaração modalidade Tomada de Preços e não Concorrência Pública (o que já foi explicado acima o motivo do erro material), e a redação da declaração não ser a mesma do modelo do edital – apesar do que restou declarado ser exatamente o que se deseja – , certo é que isso não pode ser levado a um crivo rigoroso para afastar a concorrente GAC.

Avaliando a irresignação apontada acerca de que alguns equipamentos arrolados não possuírem números de série, isso por si só não seria suficiente para gerar inabilitação da concorrente GAC.

Compulsando o documento, verifica-se que a empresa GAC apresentou relação contendo integralmente os equipamentos exigidos para execução do contrato, tudo na forma exigida pelo edital, inclusive indicando a marca, etc.

O argumento de que alguns dos equipamentos indicados pela empresa GAC na relação não possuem o número de série foi rechaçado por ela, ao afirmar que, pelo tempo de uso dos mesmos, a etiqueta com tal informação acabou se apagando, impedindo a leitura.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 93 Fis. 594
PRESIDENTE DA C. P. L.

Ademais, a CPL informou com clareza que a finalidade foi atendida e que por outros meios pode constatar que a empresa GAC possui os equipamentos exigidos, tudo isso acrescido de que a mera falta de informação do número de série não justifica a inabilitação da licitante.

“Questionamento acerca da ausência do número de série de alguns equipamentos: A recorrida apresentou a listagem com todos os equipamentos conforme exigido pelo Edital, incluindo a marca e o modelo de todos eles e o número de série da maioria. A CPL entendeu que, considerando os atestados de capacidade técnica apresentados, sendo um deles da própria Câmara Municipal de Nova Friburgo, e tendo em vista que o objetivo da listagem de equipamentos é a verificação das condições mínimas de cumprimento do objeto que se deseja contratar, a ausência do número de série de alguns equipamentos não seria suficiente para inabilitar a licitante. Ademais, o contrato firmado com esta licitante, em 2017, teve como objeto o mesmo serviço ora licitado, mediante o mesmo Termo de Referência aqui utilizado, tendo sido o serviço executado em conformidade com o contratado, como declarado pelos gestores do contrato (fl. 399). Em suas contrarrazões, a recorrida alegou que alguns equipamentos, pelo uso contínuo, acabaram perdendo a etiqueta de identificação do número de série, o que plausível. Por outro lado, a verificação da existência dos equipamentos listados será feita pela Comissão que acompanhará os testes realizados em até cinco dias após a conclusão da fase de abertura dos envelopes de propostas de preços. Esta Comissão deverá atestar a existência dos equipamentos listados, caso contrário, o teste será considerado falho e a empresa não poderá ser declarada vencedora do

Ass



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 72, Fls. 595
PRESIDENTE DA C.P.L.

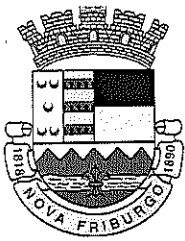
certame. Além disso, tanto a existência quanto o funcionamento dos equipamentos listados deverá ser permanentemente verificada pela Comissão de Gestores do contrato firmado com a empresa vencedora, para fins de continuidade do serviço e pagamento mensal. Não seria correto, portanto, tirar da disputa uma concorrente pela mera falta da etiqueta de número de série em alguns equipamentos (não todos). Sendo assim, a Comissão considera que a ausência do número de série de alguns dos equipamentos listados não é motivo suficiente para inabilitação da licitante, ainda mais quando, através de outros meios, foi possível constatar que a recorrida possui os equipamentos exigidos.”

Assim, em consonância com precedente firmado pelo **Eg. Tribunal de Contas da União**, acertada a decisão da CPL, que não atuou com rigor excessivo, causando prejuízo a competitividade do certame, sem falar que, por outros meios foi possível complementar as informações.

“É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame.” (Acórdão 1795/2015-Plenário)

A doutrina, no mesmo sentido:

Az



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



“Dessa forma, de acordo com o advogado e professor de Direito **Jorge Ulisses Jacoby Fernandes**, depreende-se *da decisão que o formalismo excessivo pode resultar em prejuízo da competitividade e da busca da proposta mais vantajosa para Administração.* “A Comissão de licitação deve se atentar para não desclassificar propostas ou inabilitar licitantes com fundamento em simples omissões ou defeitos irrelevantes”, observa Jacoby Fernandes.²”

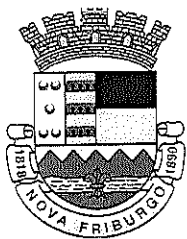
Não seria crível alijar da disputa uma concorrente por conta da mera falta de indicação do número de série do equipamento, cuja justificativa da sua ausência é plausível (já que etiquetas se apagam), ainda mais quando foi constatado pela CPL a existência de equipamentos indicados.

E mais, caso a CPL não tivesse suprido a alegada ausência de informação, inabilitar a empresa GAC de imediato seria algo irregular, vez que antes deveria se valer da regra inserta no artigo 43, § 3º, da Lei de Licitações para diligenciar e complementar a instrução.

“Não cabe a inabilitação de licitante em razão de ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, facultada pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, desde que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes. Acórdão 2873/2014-Plenário

Quanto aos atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa GAC, vale ressaltar, inicialmente, o que relatou a CPL, ao não reconsiderar sua decisão neste aspecto:

2 <https://canalabertoBrasil.com.br/tcu-diz-que-formalismo-dema-is-pode-resultado-em-prejuizo-da-competitividade/>



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 92 Fis. 599
PRESIDENTE DA C.M.L.

“A recorrente afirma que o documento emitido pelos gestores do Contrato da TV CÂMARA, Srs. Emanuel Garcia Barata e Marcos Antonio Silva Miranda não pode ser considerado válido devido à ausência do registro da empresa na ANCINE.

Esta é uma questão de execução contratual que não pode ser levantada na fase de habilitação desta licitação.

O registro da licitante na ANCINE não consta dentre os documentos exigidos na fase de habilitação, portanto não pode ser requisitado pela CPL. A declaração emitida pelos servidores Marcos Antonio Silva Miranda e Emanuel Garcia Barata (fl. 399) faz referência à execução do Contrato nº020/2017, o que, se não está explícito no documento, depreende-se do fato de ter sido o único contrato realizado entre a Câmara Municipal de Nova Friburgo e a empresa G.A.C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS – ME. O Termo de Referência daquele contrato é o mesmo utilizado no Edital da Concorrência nº001/2019. Sendo assim, se dois servidores desta Casa Legislativa informaram em documento datado, assinado e carimbado, que, enquanto gestores do referido contrato, consideraram o serviço prestado com bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, é lógico concluir que este atestado comprova que a licitante possui experiência e capacidade técnica na execução de todos os serviços exigidos no presente Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 92 Fls. 598
PRESIDENTE DA C.M.F.

Realmente a empresa GAC executou o último contrato de TV CÂMARA, cujo termo de referência é o mesmo da Concorrência Pública que está sendo objeto de julgamento. Assim, o atestado questionado, que foi exarado pela própria Câmara Municipal, se revela como hábil para comprovar a capacidade técnica da licitante.

Entenda, o atestado utilizado pela empresa GAC foi emitido por esta Casa Legislativa, onde os servidores atestaram que a mesma executou o serviço com bom desempenho operacional, cumprido fielmente com suas obrigações, de forma que se conclui que a licitante possui experiência e capacidade técnica na execução de todos os serviços exigidos no presente Edital

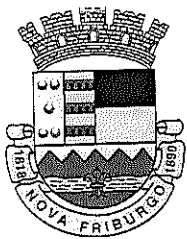
A CPL deve pautar seu julgamento de acordo com as informações constantes nos atestado apresentados, podendo, quando houver dúvidas, diligenciar na forma da lei. E, assim, de acordo com o documento apresentado, resta comprovada a capacidade técnica da empresa GAC. Não há, nesta fase de julgamento, espaço para discutir execução de contratos pretéritos por uma das licitantes. Se a certidão acostada satisfaz o exigido no edital, não há como falar que a decisão de habilitação se deu incorretamente.

Da mesma forma diz respeito ao credenciamento na ANCINE. Como relatado acima, o edital recebeu parecer do TCE/RJ pelo seu “prosseguimento”, após análise pelo corpo técnico. Ademais, vale destacar que não existe, dentre as exigências editalícias, para fins de habilitação, obrigação de apresentar registro ou algo similar. Neste sentido, não poderia a CPL alijar do certame empresa por não cumprimento de algo que não foi exigido.

O Eg. Tribunal de Contas da União, assim já revelou:

“As exigências de qualificação técnica devem ser objetivamente definidas no edital, sob pena de violação do princípio da

AW



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 12 Fls. 599
PRESIDENTE DA C.M.L.

vinculação ao instrumento convocatório.” (Acórdão 2630/2011 –

Plenário)

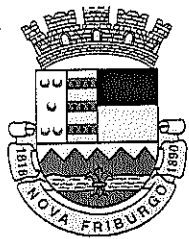
Inabilitação indevida. Utilização de critério motivador da inabilitação não previsto no edital. Audiência. Rejeição das Justificativas. Multa. 1. É irregular a inabilitação de licitante em concorrência pública utilizando-se de critério e motivação não previstos no edital. A ocultação de informação relevante à habilitação dos licitantes os princípios do processo licitatório como os da legalidade, publicidade, do julgamento objetivo e da vinculação ao disposto no instrumento convocatório.” (TCU – 03379920130)

Insista-se na questão, a CPL tem que se ater aos termos dos atestados apresentados. É de se entender, claro, os argumentos trazidos pela recorrente. Entretanto, não cabe aquela fazer uma dilação processual para desconstituir o que está declarado pelas pessoas físicas ou jurídicas a respeito dos serviços executados.

No caso concreto, portanto, se existem dois atestados de capacidade técnica cujos conteúdos contemplam o exigido no edital, não existe razão para alijar a empresa GAC.

A alegada falta de apresentação do profissional jornalista por parte da empresa GAC também não merece ser acolhida, vez que a mesma apresentou as fls. 401 tal profissional na relação exigida, acompanhada de certificação de sua qualificação técnica e experiência profissional (fls. 409), na função de jornalista, apresentador e diretor de TV, etc.

Ar.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 92 Fls. 100
PRESIDENTE DA C.M.L.

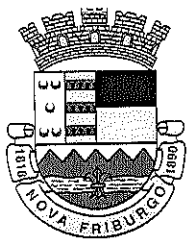
Diante disso, imperioso transcrever o que reza o artigo 30, § 1º, "a", da Lei Federal nº 8.666/93, quando exige, sempre ao tratar da comprovação de capacidade técnica, atestados "semelhantes", não iguais:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

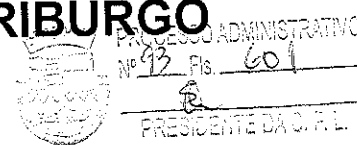
I – capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço **de características semelhantes**, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;"

Vale transcrever precedente do **Eg. Tribunal de Contas da União** sobre o tema, rechaçando formalismo exagerado quando da análise de documentos de habilitação, dentre elas os atestados de capacidade técnica:



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



“É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame.” (Acórdão 1795/2015–Plenário)

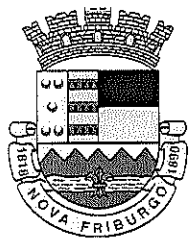
“[D]eve-se ter em mente que este Tribunal tem precedentes no sentido de que a compatibilidade entre os serviços anteriores e o serviço licitado deve ser entendida como condição de similaridade e não de igualdade.” Acórdão 1.140/2005–Plenário.

Assim, tendo apresentado o profissional jornalista registrado, acompanhado de atestados de capacidade técnica, comprovando execução de serviços similares anteriormente, eventual inabilitação por esta razão seria descabida e irregular.

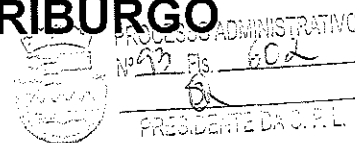
Em relação a não apresentação de 02 (dois) tradutores-intérpretes de libras por parte da empresa GAC, isso não deve prosperar, ao passo que o edital exige a apresentação de apenas 01 (um) profissional desta área, conforme se constata por meio da leitura do seu Anexo III.

Como bem alertado pela CPL, caso no decorrer da execução do processo seja necessária a inclusão de mais um profissional, isso será avaliado na forma legal.

“O Anexo III do Edital da Concorrência nº001/2019 (fl. 197) exige apenas 1 (um) intérprete de LIBRAS. Caso haja necessidade de inclusão de mais



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



um intérprete para cumprir normas legais, tal fato deverá ser tratado durante a execução contratual. A CPL deve restringir-se a cumprir as exigências do Edital.”

Assim, não poderia a CPL exigir 02 (dois) profissionais da empresa GAC ou qualquer outra, se o edital fixou a apresentação de apenas 01 (um).

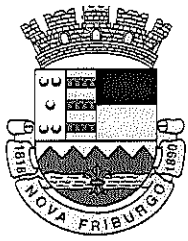
Em relação a empresa MAV MASTER:

A alegação de que o contrato social não foi apresentado por meio da via original ou autenticada, vale ressaltar que a empresa MAV MASTER apresentou tal documento devidamente registrado perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, emitido através da internet, com **certificação digital do arquivamento**.

Ademais, com o advento da Deliberação Jucerja nº 074/2014, restou ali definido forma de conferência de autenticidade de documentos registrados, sem contar que o artigo 356-B, II, § 3º, da Consolidação Normativa Extrajudicial da Cooregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, após alterações intruduzidas, fixou normas sobre a verificação, o que foi atendido pela licitante MAV MASTER.

“Art. 356-B. A materialização, em papel, de documentos eletrônicos, públicos ou particulares, deverá ser realizada pelo Serviço Extrajudicial com atribuição notarial, que certificará ao verso de cada folha impressa:

II - Em caso de documento impresso através de arquivo eletrônico: data e hora da impressão; nome do arquivo, data e hora de sua criação e formato;



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 12 Fis. 603
PRESIDENTE DA C.P.L.

número total de folhas que compõem o documento; número correspondente à folha do documento.

§ 3º. A materialização, em papel, dos documentos eletrônicos registrados pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro–JUCERJA, será realizada mediante a apresentação, pela parte interessada, através de arquivo eletrônico do documento, na forma como dispõe o inciso II do artigo 356–B, podendo, neste caso, o Serviço Extrajudicial proceder a conferência do documento no site da JUCERJA (<http://www.jucerja.rj.gov.br/serviços/chancela>)."

A empresa recorrida (MAV MASTER) apresentou a cópia do contrato social registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, emitida através da internet, com certificação digital do arquivamento. Com isso, por força legal, se constata a desnecessidade de apresentação do original e da autenticação em cartório.

Passando para o segundo ponto, onde a recorrente questiona os atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa MAV MASTER, o mesmo se revela em relação ao apontamento em face da empresa GAC.

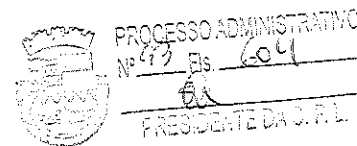
A licitante MAV MASTER apresentou atestado de capacidade técnica emitido pela própria Câmara Municipal de Nova Friburgo, já que prestou tais serviços anteriormente. Sobre esse argumento, a CPL lançou a seguinte fundamentação para justificar/defender a manutenção da sua decisão:

22 -



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

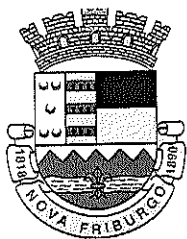


“A recorrente afirma que o documento emitido pelos gestores do Contrato da TV CÂMARA, Srs. Emanuel Garcia Barata e Marcos Antonio Silva Miranda não pode ser considerado válido devido à ausência do registro da empresa na ANCINE. Esta é uma questão de execução contratual que não pode ser levantada na fase de habilitação desta licitação. O registro da licitante na ANCINE não consta dentre os documentos exigidos na fase de habilitação, portanto não pode ser requisitado pela CPL.”

Realmente a empresa MAV MASTER executou contratos de TV CÂMARA por vários exercícios. Assim, o atestado questionado, exarado pela própria Câmara Municipal, se revela como hábil para comprovar a capacidade técnica da licitante.

Entenda, o atestado utilizado pela empresa MAV MASTER foi emitido por esta Casa Legislativa, onde os servidores atestaram que a mesma executou o serviço com bom desempenho operacional, cumprido fielmente com suas obrigações, de forma que se conclui que a licitante possui experiência e capacidade técnica na execução de todos os serviços exigidos no presente Edital

A CPL deve pautar seu julgamento de acordo com as informações constantes nos atestado apresentados, podendo, quando houver dúvidas, diligenciar na forma da lei. E, assim, de acordo com o documento apresentado, resta comprovada a capacidade técnica da empresa MAV MASTER. Não há, nesta fase de julgamento, espaço para discutir execução de contratos pretéritos por uma das licitantes. Se a certidão acostada satisfaz o exigido no edital, não há como falar que a decisão de habilitação se deu incorretamente.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



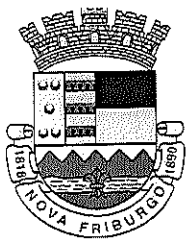
Da mesma forma diz respeito ao credenciamento na ANCINE. Como relatado acima, o edital recebeu parecer do TCE/RJ pelo seu “prosseguimento”, após análise pelo corpo técnico. Ademais, vale destacar que não existe, dentre as exigências editalícias, para fins de habilitação, obrigação de apresentar registro ou algo similar. Neste sentido, não poderia a CPL alijar do certame empresa por não cumprimento de algo que não foi exigido.

O Eg. Tribunal de Contas da União, assim já revelou:

“As exigências de qualificação técnica devem ser objetivamente definidas no edital, sob pena de violação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.” (Acórdão 2630/2011 – Plenário)

Inabilitação indevida. Utilização de critério motivador da inabilitação não previsto no edital. Audiência. Rejeição das Justificativas. Multa. 1. **É irregular a inabilitação de licitante em concorrência pública utilizando-se de critério e motivação não previstos no edital. A oculação de informação relevante à habilitação dos licitantes os princípios do processo licitatório como os da legalidade, publicidade, do julgamento objetivo e da vinculação ao disposto no instrumento convocatório.”** (TCU – 03379920130)

Insista-se na questão, a CPL tem que se ater aos termos dos atestados apresentados. É de se entender, claro, os argumentos trazidos pela recorrente. Entretanto, não cabe aquela fazer uma dilação processual para desconstituir o que está declarado pelas pessoas físicas ou jurídicas a respeito dos serviços executados.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

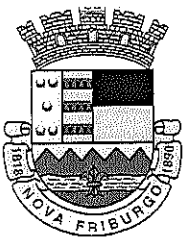


PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 92 Fls. 606
PRESIDENTE DA C.M.L.

No que concerne a alegada falta de apresentação de jornalista que exercesse as funções requeridas no termo de referência, item VII, 4, “a”, a CPL rechaçou tal argumento, demonstrando que a empresa MAV MASTER comprovou absolutamente o exigido.

“O Edital da Concorrência nº001/2019 exige, no Anexo III – Modelo de Quadro de Profissionais (fl. 197) “1 (um) jornalista registrado, com experiência em Direção de TV, incluindo programas de entrevistas e reportagens”. A recorrida apresentou, em seu quadro de profissionais (fl. 325), os jornalistas Paula de Carvalho Winter e Rodrigo Mattos Panaro Dias. O atestado de qualificação técnica da Sra. Paula de Carvalho Winter (fl. 331) afirma que a mesma possui as qualificações técnicas necessárias à função de jornalista, executando o trabalho de repórter, apresentadora de telejornal e de programa de entrevistas e diretora de TV, dirigindo toda a equipa do programa ZOOMTV Jornal. Na fl. 332, há ainda a cópia do cartão de registro profissional da mesma na função de jornalista. O atestado de qualificação técnica e experiência profissional do Sr. Rodrigo Mattos Panaro Dias (fl. 333) informa que ele possui as qualificações técnicas necessárias à função de diretor de TV, executando o trabalho de diretor de programas, diretor de TV e jornalista, gerenciando processos de produção da emissora há 8 anos.”

dr



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 93 - Fis. 602
PRESIDENTE DA C.M.F.

Diante disso, imperioso transcrever o que reza o artigo 30, § 1º, “a”, da Lei Federal nº 8.666/93, quando exige, sempre ao tratar da comprovação de capacidade técnica, atestados “semelhantes”, não iguais:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

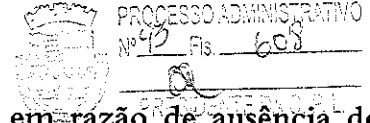
I – capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;”

Vale transcrever precedente do **Eg. Tribunal de Contas da União** sobre o tema, rechaçando formalismo exagerado quando da análise de documentos de habilitação, dentre elas os atestados de capacidade técnica:



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



“É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame.” (Acórdão 1795/2015–Plenário)

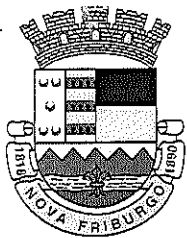
“[D]eve-se ter em mente que este Tribunal tem precedentes no sentido de que a compatibilidade entre os serviços anteriores e o serviço licitado deve ser entendida como condição de similaridade e não de igualdade.” Acórdão 1.140/2005–Plenário.

Assim, tendo apresentado o profissional jornalista registrado, acompanhado de atestados de capacidade técnica, comprovando execução de serviços similares anteriormente, eventual inabilitação por esta razão seria descabida e irregular.

Em relação a não apresentação de 02 (dois) tradutores–intérpretes de libras por parte da empresa MAV MASTER, isso não deve prosperar, ao passo que o edital exige a apresentação de apenas 01 (um) profissional desta área, conforme se constata por meio da leitura do seu Anexo III.

Assim alertou a CPL em sua decisão:

“O Anexo III do Edital da Concorrência nº001/2019 (fl. 197) exige apenas 1 (um) intérprete de LIBRAS. Caso haja necessidade de



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 93 Fis. 609
PRESIDENTE DA CMNE


inclusão de mais um intérprete para cumprir normas legais, tal fato deverá ser tratado durante a execução contratual. A CPL deve restringir-se a cumprir as exigências do Edital.”

Assim, não poderia a CPL exigir 02 (dois) profissionais da empresa GAC ou qualquer outra, se o edital fixou a apresentação de apenas 01 (um).

Neste sentido, conheço do recurso, e no mérito decido pelo seu **DESPROVIMENTO**, mantendo-se a decisão prolatada pela CPL.

Dê-se ciência aos interessados e publicidade a esta decisão.

Nova Friburgo, 17 de setembro de 2019.


Alexandre Cruz

Presidente da CMNE